

“...e veera de sua terra que era muy longe pasante de oytenta leguas...”: Um processo de partilhas em Loulé na centúria de Quatrocentos

Alice Borges Gago

“...e veera de sua terra que era muy longe pasante de oytenta leguas...”: Um processo de partilhas em Loulé na centúria de Quatrocentos

Alice Borges Gago - (IEM-FCSH/UNL) - alicegago@gmail.com

Resumo:

O presente artigo tem por base um documento existente num arquivo de família depositado na Biblioteca Nacional de Portugal – o denominado arquivo Almada e Lencastre Bastos. Trata-se de uma citação para partilhas efetuadas entre Gil de Magalhães, senhor da Barca, em nome da sua segunda esposa, Isabel de Meneses, com os cunhados, irmãos desta – Nuno Barreto, Nuno Barreto, Afonso Teles e Fernão Pereira Barreto, todos filhos de Gonçalo Nunes Barreto, alcaide mor de Faro e senhor de Quarteira. Por essa razão, Gil de Magalhães deslocou-se do Norte de Portugal a Loulé no final do século XV, onde se encontrou com os cunhados para resolver a questão que se arrastava desde o falecimento do sogro, ocorrida cerca de vinte anos antes.

O artigo pretende realçar a importância dos arquivos de família para o conhecimento de atores ou factos menos conhecidos da história pré-moderna portuguesa, apresentando brevemente, num primeiro apartado, o acervo onde se encontra o documento, em seguida a família Magalhães, produtora do documento que se analisa e que se transcreve em anexo.

Introdução

Os arquivos de família constituem preciosas fontes de informação para numerosos temas de investigação, como o estudo do próprio arquivo; das famílias neles representadas e das suas práticas arquivísticas; do seu papel na construção da memória familiar e na estruturação e consolidação de famílias pré-modernas portuguesas e europeias.

A análise da produção informacional das famílias que conservaram estes acervos ao longo dos séculos até

aos nossos dias, permite-nos detetar a presença de documentos produzidos por vários elementos das famílias pelas mais diversas razões: cartas de compra e venda de propriedade, empenhamentos, cartas de quitação, sentenças judiciais, cartas de mercê, cartas missivas, testamentos, livros de apontamentos, tombos de propriedade. Todas elas atestam a necessidade de registar por escrito os atos de gestão de propriedade ou da vida quotidiana. Atos geridos pelo próprio ou por interposta pessoa, era por vezes necessário recorrer ao poder judicial para repor direitos sonogados ou para garantir que eram cumpridos determinados preceitos.

Foi precisamente o que aconteceu em 1489, em Loulé. A demora na resolução de um processo de partilhas entre Gil de Magalhães, senhor da Barca e alcaide do castelo da Nóbrega, e os cunhados, irmãos de sua mulher, Isabel: Nuno Barreto, Afonso Teles e Fernão Pereira Barreto, todos filhos de Gonçalo Nunes Barreto, alcaide mor de Faro e senhor de Quarteira, fez com que Gil de Magalhães se sentisse obrigado a realizar uma longa viagem até à vila algarvia para resolver (ou pelo menos tentar), de uma vez por todas, a questão.

O fundo Almada e Lencastre Bastos - breve história custodial

O documento de citação dos cunhados de Gil de Magalhães pertence ao fundo Almada e Lencastre Bastos (ALB), depositado na Biblioteca Nacional de Portugal desde 1974. O acervo, que abarca cronologicamente os séculos XIV a XX, deve a sua denominação ao apelido do último proprietário, João de Almada e Lencastre Bastos, que propôs a sua venda ao Estado português, integra dois cartórios: o dos

viscondes de Vila Nova de Souto del Rei¹ e o do conde da Feira², antepassados em linha directa do proprietário. Após ter falecido sem descendência, em 1827, Miguel Forjaz Coutinho, conde da Feira desde 1820³, os seus bens e arquivo foram herdados por sua irmã, Maria Joana Forjaz Coutinho, e reunidos (apenas fisicamente) no cartório de Souto del Rei por via do casamento desta com o terceiro visconde, João José de Almada Velho e Lencastre. O ALB manteve-se na família até que, em 1957, João de Almada e Lencastre Bastos pretendeu vender o arquivo⁴, tendo então sido avaliado e posteriormente vendido à BNP pelos seus familiares em 1974. A inventariação sistemática do ALB permitiu identificar a documentação referente a um vasto conjunto de famílias pertencentes às elites de várias localidades portuguesas que, até agora, apenas conhecíamos de outros fundos arquivísticos. Neste acervo pudemos, então, recuperar os documentos produzidos e conservados pelos vários produtores ou destinatários e pelos seus familiares ao longo de séculos – os seus arquivos de família, sobre os quais a arquivística e a historiografia têm vindo a debruçar-se nos últimos

anos⁵. Esta perspetiva de olhar os arquivos tem sido aplicada, entre outras, pelas historiografias francesa⁶, espanhola⁷ e pela portuguesa⁸, com o objetivo de estudar a produção informacional das instituições e a sua transformação em arquivos, complementando esse estudo com dados reunidos em várias fontes, o que permite caracterizar historicamente as instituições e construir modelos orgânicos para o tratamento da documentação, analisando, contextualizando e interpretando as práticas arquivísticas, “seguindo todo o percurso da informação e compreendendo as mutações a que o tempo a sujeitou”⁹, perspetiva de investigação que tem dado origem a diversos estudos¹⁰. A inventariação do ALB permitiu-nos detetar a produção documental pertencente à família Magalhães, senhores

5 MORSEL, Joseph, “Du texte aux archives: le problème de la source”. *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre*, (2008), Hors série n.º 2; *idem*, “Histoire ou passé? L’archivage comme problème pour l’intelligence historique de la société médiévale”. *Archifam - Les archives de famille. Formes, histoires et sens d’une genèse (XIV^e-XVII^e siècle)*, 2013. Acedido a 20 de agosto 2019, em: https://www.casadevelazquez.org/fileadmin/fichiers/investigacion/Epoque_antique_medieval_e/2013-2014/Morsel_texteHistoire_ou_pass%C3%A9_4mars2013.pdf..

6 *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux XIII^e – XXI^e siècle*. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 juin 2006). Paris, Société de l’Histoire de France, 2010.

7 GARCÍA ASER, Rosario e LAFUENTE ÚRIEN, Aranzazu, *Archivos Nobiliarios, cuadro de clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000.

8 ROSA, Maria de Lurdes, “Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas medieval e moderna)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9 (2009), p. 9-42; SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos de Família e Pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica”. *Arquivos de Família e Pessoais: Seminário*. Vila Real APBAD, 1997, p. 51-106.

9 ROSA, Maria de Lurdes, “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 30 (2017), p. 550.

10 De os quais destacamos os trabalhos em Arquivística Histórica de NÓVOA, Rita Sampaio da, *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Tese de doutoramento em História - especialização em Arquivística Histórica. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2016; SOUSA, Maria João O. F. C. Câmara Andrade e, *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*. Tese de doutoramento em História - especialização em Arquivística Histórica. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2017; LEME, Margarida, *Costas com Dom: família e arquivo (séculos XV-XVII)*. Tese de doutoramento em História - especialização em Arquivística Histórica. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2018; GAGO, Alice Borges, *Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite (Portugal, séculos XV-XVII)*. 2 vol., Tese de doutoramento em História - especialização em Arquivística Histórica. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2019.

da Nóbrega, cujo acervo diz respeito não só a títulos de compra e venda de propriedade, sentenças judiciais, mas também, e sobretudo a partir de meados do século XVI, a documentos relativos à transmissão de bens de morgadio, uma vez que a família adotou o modelo reprodutivo vincular¹¹. Esse facto originou um aumento da massa documental – os documentos eram utilizados como provas de posse, defesa de direitos, partilhas de bens, habilitação a heranças e sucessão, em suma, utilizados na gestão do património e da casa, pelo que era fundamental o acesso e recuperação facilitada dos mesmos¹², através de róis ou inventários. Registados desde finais do século XV¹³, os inventários constituem uma etapa na estruturação das famílias das elites iniciada no século XVI com a criação dos vínculos e posteriormente no contexto político saído da Restauração, o qual foi determinante para a consolidação do conceito de Casa que começou a emergir em Setecentos¹⁴. Neste período assistiu-se à organização e reorganização de cartórios de numerosas famílias

nobres¹⁵, tendo tido o seu golpe final com a profunda mudança política, económica e social que o fim do sistema vincular¹⁶ trouxe às famílias detentoras de vínculos, levou a que muitos deles deixassem de ter qualquer utilidade de prova de bens e mercês que lhes deu origem e que garantiu a sua integridade durante vários séculos. Dos Magalhães chegou até nós um rol¹⁷ parcial do cartório, que indica quais os documentos que não se achavam na casa à data de sua produção. Sem data precisa¹⁸, no caderno de sete páginas elencaram-se os documentos (sem os numerar) que pertenciam à família, indicando genericamente que se encontravam em maços. Pelos resumos de alguns deles, pensamos que (muito provavelmente) o seu autor terá sido Fradique de Magalhães (1673-1688¹⁹), pois o rol só contém documentos produzidos até este produtor e não engloba nenhum dos seus familiares posteriores. A lista faz ainda menção à existência de uma “antiga lista por modo de inventário dos papéis desta casa”, que não identificámos no acervo, pelo que não sabemos que documentação continha.

Os Magalhães, senhores da Barca

O primeiro elemento da família Magalhães que registamos no ALB é Afonso Rodrigues de Magalhães, senhor do castelo da Nóbrega²⁰, outorgado por D.

15 Como os da casa de Bragança, condes de Povolide, casa de Melo, entre tantos outros. PÁSCOA, Marta, *O código 702. Um cartulário de D. Jaime de Bragança*. Fundação Casa de Bragança, 2015, p. 53-57; RODRIGUES, Abel e SILVA, Armando Malheiro da, “A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”, ob. cit., p. 614-617, GAGO, Alice Borges, “Index Geral do Cartorio do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey” in: ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa, IEM, 2015, p. 162-163.

16 COELHO, Maria de Fátima, “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. *Análise Social*. XVI-61/62 (1980), p. 111.

17 BNP, ALB, *Enc.*, cx.11A, cap. 2, cota antiga: M 54 N 1.

18 Letra dos séculos XVII-XVIII.

19 BNP, ALB, *Roma*, cx. 58B, fl. 1-1 vº.

20 A terra da Nóbrega ocupa a zona entre Ponte da Barca e a fronteira do Lindoso, sendo delimitada a Norte pelo rio Lima, a Oeste pela terra de Penela, a Sul pelas terras de Regalados e do Bouro e a Este pela Galiza. ABREU, João Gomes de, “Terra da Nóbrega (notas históricas)”. *O Instituto*. 57 (1910), p. 375-376; COELHO, Maria Helena da Cruz, “A terra e os homens da Nóbrega no século XIII”. *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI*. I - *Notas do viver social*, Lisboa Livros Horizonte, 1990, p. 170-198.

Fernando no ano de 1367²¹, que também lhe concedeu, em 1372, Vila Chã e Larim pela sua participação no contexto de guerras fernandinas com Castela²². Terá casado por duas vezes, uma delas com Teresa Freire de Andrade, filha bastarda do Mestre da Ordem de Cristo, Nuno Freire de Andrade Sotomaior²³, estando, em 1363, casado com Maria Fernandes, filha de Martim Esteves e Catarina Ferreira²⁴. Desta teve, pelo menos, dois filhos: Gil Afonso de Magalhães e Inês Afonso²⁵. D. João I confirmou a Gil Afonso de Magalhães os bens de seu pai e doou-lhe, em 1387²⁶, o couto de Fonte Arcada²⁷ e a terra de Lindoso. Este casou, mais ou menos por essa data, com Inês Vasques²⁸, aia da rainha D. Filipa de Lencastre²⁹, a qual adquiriu, em 1389, o couto do Souto de Rebordões pelo montante de cinquenta libras³⁰. O casal teve pelo menos três filhos: Afonso, João e Fernão.

O primogénito, Afonso de Magalhães, herdou os senhorios dos pais e em 1454 fez doação, ao seu irmão João de Magalhães, do Souto de Rebordões³¹. Tendo Afonso de Magalhães falecido, sem descendência³², a sucessão dos restantes bens recaiu sobre João de

21 ANTT, *Chanc. D. Fernando*, liv. 1, fl. 7.

22 ANTT, *Chanc. D. Fernando*, liv. 1, fl. 111.

23 Nomeado por D. Pedro I em 1357 como Mestre da Ordem de Cristo. Sobre a personagem ver SILVA, João Pedro Morgado da, *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade (1357-1372)*. Dissertação de mestrado em História Medieval. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010.

24 BNP, ALB, *Roma*, cx. 99, n.º 150, cap. 2, cota antiga: M 99 N 19; cx. 59, fl. 145-146 (cópia).

25 BNP, ALB, *Roma*, cx. 114 I, n.º, 187, cap. 3, cota antiga: M 114 N 45.

26 Carta de doação da terra de Lindoso de 16 de maio de 1387. *Chancelarias portuguesas. D. João I*, II-1, doc. 3, p. 13.

27 Carta de confirmação do couto de Fonte Arcada de 9 de junho de 1387. *Chancelarias portuguesas. D. João I*, 2005, II-1, doc. 286, p. 162.

28 Algumas genealogias afirmam que Inês Vasques era filha do escudeiro Álvaro Gil de Urró. No entanto é precisamente a este senhor que Inês Vasques compra o Souto de Rebordões em 1389. *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*. I-2, doc. 630, p. 59-60; doc. 1124, p. 346-347.

29 ANTT, *Além Douro*, liv. 4, fl. 19; ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 10, fl. 28v-29; BNP, ALB, *Enc.*, cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6, fl. 2.

30 BNP, ALB, *Enc.*, cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6, fl. 2; *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*, I-2, doc. 1124, p. 346-347; ANTT, *Chanc. D. Afonso V*, liv. 10, fl. 28v-29.

31 BNP, ALB, *Enc.*, cx. 11A, n.º 3, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6.

32 BNP, ALB, *Enc.*, cx. 11A, n.º 3, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6.

Magalhães, fidalgo da casa do Duque de Bragança³³, o qual recebeu de D. Afonso V a confirmação da terra da Nóbrega em 1458³⁴.

A jurisdição da terra da Nóbrega e alcaidaria do seu castelo e o Souto de Rebordões constituíram o núcleo de poder que os varões primogénitos dos Magalhães transmitiram ao longo de várias gerações, o que lhes permitiu afirmar e consolidar o poder político, militar, jurisdicional e económico da família nesta zona do país.

Para isso contribuíram não só as ligações clientelares com a casa de Bragança, da qual alguns elementos da família foram escudeiros e fidalgos³⁵ ou com a casa de Viseu³⁶, mas também as alianças matrimoniais que foram estabelecendo com famílias do mesmo nível económico e social – João de Magalhães (I) casou com Isabel de Sousa, neta de Lopo Dias de Sousa, mestre da Ordem de Cristo³⁷; Gil de Magalhães, casou duas vezes, ambas com senhoras de famílias nobres: Maria de Meneses, filha de Rui Gomes da Silva, alcaide de Campo Maior e Isabel de Meneses, filha de Gonçalo Nunes Barreto, alcaide mor de Faro e senhor de Quarteira e de Isabel Pereira, filha do governador da casa do Infante D. João³⁸; João de Magalhães (II) com Leonor da Silva, filha de Fernão de Castro, alcaide mor de Melgaço; Manuel de Magalhães com Margarida da Silva, filha de Leonel de Abreu, quinto senhor de Regalados e alcaide mor da Lapela; António de Magalhães com Isabel de Meneses, sua prima.

33 ANTT, Leitura Nova, *Além Douro*, liv. 4, fl. 19.

34 ANTT, *Além Douro*, liv. 1, fl. 244v-245; DUARTE, Luís Miguel, “Leonel de Lima: o bando e o barco”. *Revista Portuguesa de História*. XXXI-I (1996), p. 383; MORENO, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. vol. II. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1980, p. 1049, nota 2.

35 Como por exemplo João de Magalhães I. ANTT, *Além Douro*, liv. 4, fl. 19.

36 Como foi o caso de Gil de Magalhães. ANTT, *Além Douro*, liv. 4, fl. 3.

37 Veja-se SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, “A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)” *Militarium Ordinum Analecta*. vol. 1 – *As Ordens Militares no Reinado de D. João I*. Porto, Cepese, 1997, p. 9-126.

38 GÓIS, Damião de, *Livro de linhagens de Portugal*. Introdução e transcrição paleográfica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos. Lisboa, Instituto Português de Heráldica, Universidade Lusíada, 2014, p. 177. Sobre Gonçalo Nunes Barreto veja-se VILA-SANTA, Nuno, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”. *Revista Maracanan*. 19 (2018), p. 12-35.

Os casamentos endogâmicos foram, como em tantas outras famílias da nobreza portuguesa, uma prática nesta família.

Até 1560 a posse da terra da Nóbrega e Souto de Rebordões constituíram os bens prestigiantes e transmissíveis ao primogénito da linhagem, mas a partir desse ano, data de instituição de uma capela na igreja de S. João de Ponte da Barca³⁹ por Manuel de Magalhães e Margarida da Silva, esse paradigma alterou-se, com a introdução de um novo elemento e modelo de transmissão de património – o modelo de sucessão vincular. Com efeito, após 1561, começaram a surgir na família novas regras de sucessão no património familiar.

Se até então o bom serviço régio fora garantia da confirmação dos bens da coroa, a gestão e transmissão da administração do património vinculado obedecia a outras regras – aquelas que haviam sido impostas pelos instituidores. E bastava que uma delas não fosse cumprida para que alguém fosse afastado da administração do vínculo, como aconteceu com António Magalhães de Meneses. Por este motivo, a administração da capela não foi entregue ao primogénito como seria de esperar, mas sim a um filho segundo – Matias da Silva – que o transmitirá, por falta de sucessão legítima⁴⁰, a um sobrinho da sua cunhada Isabel de Meneses – Bento da Silva Meneses⁴¹. Em 1665 era um sobrinho deste, Manuel da Silva Meneses, abade de Santo André de Guilhadeses, quem administrava os bens da capela, embora outro documento refira que Constantino de Meneses, filho de António de Magalhães de Meneses, “tomou conta do casco da capella de que não foi excluído”⁴², indicação de que os bens da capela foram “desanexados” da capela “física”, se assim o podemos dizer. Não podendo ser administrador da capela dos pais, António e Isabel fundaram, por sua vez, em

39 BNP, ALB, *Roma*, cx. 81, n.º 92, cap. 1, doc. n. n..

40 Segundo GAIO, Manuel Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga], Agostinho de Azevedo Meirelles: Domingos de Araújo Affonso, t. XIX (1939), p.163 e 179, Matias da Silva, escolar, teve apenas filhos ilegítimos.

41 BNP, ALB, *Roma*, cx. 81, n.º 92, cap. 1, doc. n. n..

42 BNP, ALB, *ANTT*, cx. 19, doc. 27.

1576, uma capela da invocação da Madre de Deus, na Quinta da Boavista⁴³.

A implementação do modelo de sucessão vincular sofreu alguns revezes nesta família. Para além deste atropelo inicial, as gerações seguintes foram também marcadas por quebras de varonia e primogenitura. Constantino de Magalhães de Meneses⁴⁴ casou com Isabel de Aragão, mas o seu primogénito, António de Magalhães e Meneses, faleceu, cerca de 1670, sem descendência, tendo os bens sido transmitidos à irmã Joana Manuel de Magalhães⁴⁵. Esta casou com Afonso de Meneses, mestre sala de D. João IV⁴⁶, filho de Fradique de Meneses e Isabel Henriques⁴⁷.

A linhagem dos Magalhães, a partir de então associada à dos Meneses, prosseguiu com os filhos do casal Joana e Afonso: Fradique António de Magalhães e Meneses, casado com Jerónima Barreto Corte Real, filha de Fernão Nunes Barreto, morgado de Freiriz e João Manuel de Meneses. Dos vários filhos do primeiro casal nenhum teve descendência⁴⁸, pelo que coube o seguimento da família ao irmão de Fradique – João Manuel de Meneses casado com Francisca Luísa Ferreira de Mendonça, filha de Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, morgado de Argemil, e de Maria de Mendonça Antas, filha de Gaspar dos Reis Dantas.

O filho deste casal, Francisco Furtado de Mendonça e Meneses, casou com Mariana Luísa de Valadares, filha de João de Valadares Carneiro, acrescentando aos morgadios que já detinha o morgadio dos Valadares. Dos filhos deste último casal, foi o secundogénito João Manuel de Meneses quem herdou os morgadios detidos pela família. Nascido em Ponte de Lima, em 1705⁴⁹,

43 BNP, ALB, *Roma*, cx. 91A, n.º 122, cap. 1, cota antiga: M 38 N 57.

44 Viu os bens da coroa confirmados em 1591 e em 1626. BNP, ALB, *Enc.*, cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6.

45 BNP, ALB, *Enc.*, cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6.

46 BNP, ALB, *Enc.*, cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6. Foi ainda capitão-mor de Monção. GAIO, Manuel Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal, Título de Souzas*, 1941, p. 27.

47 Filha de Fernão Nunes Barreto. BNP, ALB, *Roma*, cx. 76, cap. 1, doc. n. n..

48 Afonso de Magalhães e Meneses, falecido antes de 1740 e João Luís de Meneses, que nessa mesma data requereu a D. João V que lhe fizesse mercê da Nóbrega e Souto de Rebordões e dos padroados e tenças. ANTT, *Chanc. D. João V*, liv. 9, fl. 240v.

49 BNP, ALB, *Roma*, cx. 76, cap. 1, doc. n. n..

local onde, desde pelo menos do tempo do seu avô, a família se veio a instalar no “arrabalde além da ponte”, casou com Maria Rosa de Meneses, filha do almotacé mor do reino, João Gonçalves da Câmara Coutinho e de Luísa de Meneses, dama do paço. Dos filhos do casal, foi a primogénita Mariana Luísa da Trindade e Meneses quem herdou o património da casa. Nascida em 1727, foi apenas aos 30 anos que casou com Tristão da Cunha de Mendonça e Meneses, filho do vedor da casa da rainha D. Mariana de Áustria, Carlos José Bento de Meneses, também ele senhor de vários morgadios⁵⁰. Por questões de partilhas, por morte do avô João Manuel de Meneses, ocorrida em 1769⁵¹, e do tio deste, João Luís de Meneses⁵², gerou-se uma questão sucessória entre as irmãs Mariana Luísa e Luísa Antónia de Magalhães e Meneses, casada com Diogo Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende, governador da Madeira entre 1781 e 1798⁵³. A questão apenas se veio a resolver entre os filhos de ambas, os primos João Manuel de Meneses e Miguel Pereira Forjaz Coutinho, e encerrar-se pela morte do primeiro, sem sucessão, em 1819⁵⁴. Miguel Pereira Forjaz, filho de Diogo Forjaz, foi o herdeiro do primo, mas devido ao seu falecimento ocorrido em 1827, sem descendência, todo o património e documentos foram herdados pela irmã, Maria Joana do Monte Forjaz Câmara Coutinho, casada com o terceiro Visconde de Vila Nova de Souto del Rei e por esta transmitidos aos seus descendentes até à sua venda em 1974 à Biblioteca Nacional de Portugal, como anteriormente mencionámos⁵⁵.

Da Barca a Loulé: uma viagem necessária

Corria o ano de 1489 quando Gil de Magalhães (flor. 1461-1498) tomou a iniciativa de se deslocar da Barca

⁵⁰ Segundo GAIO, Manuel Felgueiras, *Nobiliário de famílias de Portugal, Título de Souzas*, p. 29, era morgado da Patameira e Caparica.

⁵¹ BNP, ALB, *Roma*, cx. 113 A, cap. 1, doc. n. n..

⁵² O testamento de João Luís de Meneses data de 2 de julho de 1764. BNP, ALB, *Roma*, cx. 113A, cap. 1, doc. n. n..

⁵³ BNP, ALB, *Roma*, cx. 81A, n.º 91, cap. 1, cota antiga: D 1 M 12 N 113.

⁵⁴ BNP, ALB, *Enc.*, cx. 54B, cap. 2, doc. n. n..

⁵⁵ GAGO, Alice Borges, Arquivos e práticas arquivísticas de famílias de elite (Portugal, séculos XV-XVII), vol. I, p. 131-137.

a Loulé por uma questão de partilhas decorrentes do falecimento – cerca de 1462⁵⁶ – do seu sogro, Gonçalo Nunes Barreto, fronteiro mor do Algarve, alcaide mor de Faro e senhor de Quarteira⁵⁷. Gil de Magalhães, filho de João de Magalhães e de Isabel de Sousa, era fidalgo da casa real e conselheiro régio⁵⁸ e também fidalgo da casa do Marquês de Valença⁵⁹, de D. Manuel, Duque de Viseu⁶⁰ e de D. Pedro de Castro⁶¹. Como mencionámos acima, por morte do pai, João de Magalhães, recebera a confirmação da doação da terra de Souto de Rebordões em 1471⁶², assim como o padroado da igreja de S. Salvador de Souto de Rebordões⁶³ e a confirmação da terra da Nóbrega, a 15 de fevereiro de 1476⁶⁴.

Casou por duas vezes, a primeira com uma donzela da casa da rainha D. Isabel⁶⁵, Maria de Meneses (flor. 1461-1484), filha de Rui Gomes da Silva, do conselho régio, alcaide de Campo Maior⁶⁶ e de Isabel de Meneses, esta por sua vez filha natural de D. Pedro de Meneses, primeiro governador de Ceuta⁶⁷.

Em segundas núpcias casou com Isabel de Meneses (flor. 1474-1555), filha de Gonçalo Nunes Barreto, e de

⁵⁶ VILA-SANTA, Nuno, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”, cit., p. 19.

⁵⁷ GÓIS, Damião de, *Livro de linhagens de Portugal*, p. 177. Sobre Gonçalo Nunes Barreto veja-se VILA-SANTA, Nuno, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”, cit., p. 16.

⁵⁸ BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 153-158; cx. 104, cap. 4, doc. n. n.

⁵⁹ ANTT, *Chanc. Afonso V*, liv. 9, fl. 9 v.

⁶⁰ BNP, ALB, *Roma*, cx. 104, cap. 1, cota antiga: M 99 N 22 (original); cx. 59, fl. 162-163 (cópia). ANTT, *Leitura Nova, Além Douro*, liv. 4, fl. 3.

⁶¹ BNP, ALB, *Roma*, cx. 99, n. 150, cap. 1, cota antiga: M 99 N 5.

⁶² BNP, ALB, *Enc.*, cx. 11A, cap. 3, cota antiga: M 104 N 6, fl. 2v.

⁶³ BNP, ALB, *Enc.*, cx. 11 A, cap. 1, cota antiga: M 104 N 4; ANTT, *Além Douro*, liv. 1, fl. 259v-260.

⁶⁴ Reconfirmada em 1496. ANTT, *Além Douro*, liv. 1, fl. 244v-245v; BNP, ALB, *Enc.*, cx. 11A, cap. 3, fl. 2; MORENO, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira...*, v. II, p. 1049, nota 2.

⁶⁵ Filha do Infante D. Pedro. ANTT, *Chanc. Afonso V*, liv. 9, fl. 9 v.

⁶⁶ Em 12 de dezembro de 1461 recebeu uma tença de dote de 2.000 coroas de ouro entregue por D. Afonso V, as quais juntou às 500 coroas que o seu pai lhe havia deixado em testamento. ANTT, *Chanc. Afonso V*, liv. 9, fl. 9 v, referido por FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, v. I, p. 286, nota 6, 287; 1927, v. II, p. 21.

⁶⁷ DUARTE, Luís Miguel, “Leonel de Lima: o bando e o barco”, cit., p. 383.

Isabel Pereira⁶⁸. Deste casamento viria a receber, em 1484⁶⁹, por conta das 1500 coroas de ouro do dote, o quarto da quinta de Reveles, assim como bens em Cernache. Tendo o seu sogro, Gonçalo Nunes Barreto, falecido há mais de vinte anos, sem que as partilhas dos seus bens se tivessem ainda realizado pelos seus filhos e herdeiros, Gil de Magalhães tomou medidas. Segundo a documentação que sigo, a partilha só poderia ser feita se todos os herdeiros fossem requeridos – intimados – a apresentar-se. E foi exatamente isso que sucedeu. Em nome de sua mulher e munido de uma procuração, o fidalgo deslocou-se da Barca a Loulé para resolver, ou pelo menos tentar, a questão.

Assim, em 24 de junho de 1489⁷⁰, em Loulé, na presença do tabelião da vila, Vasco Afonso, compareceram Gil de Magalhães e os seus cunhados Afonso Teles, fidalgo da casa real⁷¹ e Fernão Pereira Barreto, cavaleiro da Casa do infante D. Pedro⁷². Gil de Magalhães frisou que “veera de sua terra *que* Era muy longe pasante de oytenta léguas”⁷³ e que trazia uma procuração de sua mulher, Isabel de Meneses, para poder dar início à partilha dos “mujtos bens de Raiz e movees”⁷⁴ do sogro. Afonso Teles e Fernão Pereira Barreto afirmaram que estavam de acordo com as partilhas e divisão da herança por quinhões e que eles próprios já tinham feito um documento (procuração) para que alguém os representasse caso estivessem ausentes à data em que se procederia a partilha.

⁶⁸ Filha de Diogo Pereira, comendador mor da Ordem de Santiago e governador da casa do Infante D. João (filho de D. João I). GÓIS, Damião de, *Livro de linhagens de Portugal*, p. 177; OLIVEIRA, Luís Filipe, *A coroa, os mestres e os comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009, p. 419-421.

⁶⁹ BNP, ALB, *Roma*, cx. 60 (só no índice) e cx. 99, n.º 150, cap. 1, cota antiga: M 99 N 5.

⁷⁰ BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 154.

⁷¹ Em 1475 foi-lhe doada por D. Afonso V a portagem e relego de Loulé. VILA-SANTA, Nuno, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”, cit., p. 19.

⁷² Para além disso foi ainda corregedor da comarca do Algarve, coudel mor de Lagos, tendo ainda recebido bens em Ceuta. VILA-SANTA, Nuno, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”, cit., p. 18-19.

⁷³ BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 154.

⁷⁴ BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 153.

Resolvida a questão com Afonso Teles e Fernão Pereira Barreto e na posse do documento que atestava o seu acordo, Gil de Magalhães citou o irmão mais velho de sua mulher – Nuno Barreto, que havia sucedido na Casa do pai após o seu falecimento⁷⁵. O encontro veio a dar-se dias mais tarde, no castelo de Faro, a 30 de junho de 1489⁷⁶.

Perante o juiz ordinário de Faro, João Durães, Gil de Magalhães solicitou que, em dia a combinar com o cunhado Nuno Barreto, este comparecesse perante o juiz em Loulé, com os outros cunhados – Afonso Teles e Fernão Pereira Barreto– que já haviam dado o seu acordo.

Nuno Barreto, que também era presente, pediu então que se procurasse o testamento e que se cumprisse o que nele estava estipulado. A resposta não agradou a Gil de Magalhães, possivelmente porque já vinha sendo repetida ao longo de anos, pelo que replicou que os cunhados se deviam apresentar em Loulé e cada um deles reclamar o que lhe pertenceria por partilhas sob pena de ele, Gil, apelar para o rei⁷⁷. Perante a ameaça de Gil de Magalhães, justificou-se Nuno Barreto que os irmãos já tinham requerido um documento sobre as mesmas partilhas, do qual havia cópia não apenas nos escritvães de Loulé, mas também na Casa da Suplicação e na Casa do Cível.

Para a longa demora na realização das partilhas terão, certamente, contribuído vários factores, como o de Nuno Barreto ter ido em socorro, com os seus homens, da praça de Ceuta em 1467, empresa que terá consumido tempo e dinheiro⁷⁸ próprios (e da Casa). O atraso nas partilhas convinha ao primogénito, que assim geria e dispunha de todo o património familiar, advindo das propriedades e mercês régias que vinham sendo concedidas à família desde há várias décadas⁷⁹.

⁷⁵ VILA-SANTA, Nuno, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”, cit., p. 19.

⁷⁶ BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 153.

⁷⁷ BNP, ALB, *Roma*, cx. 59, fl. 153v.º.

⁷⁸ VILA-SANTA, Nuno, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”, cit., p. 19.

⁷⁹ VILA-SANTA, Nuno, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”, cit., p. 15-19.

Não sabemos quanto tempo mais demorou a efetiva partilha dos bens. Não detetámos no ALB mais nenhum documento acerca do assunto, o que não será indício de que as partilhas não se tenham realizado. Pode apenas querer dizer que o documento se terá extraviado, que os bens foram vendidos ou escambados, que a herança terá sido convertida em dinheiro, entre tantas outras possibilidades. Com efeito, entre a documentação da família não conseguimos detetar qualquer referência a propriedades no Algarve, apenas na Barca e termo. Terão os bens que calharam em herança a Isabel de Meneses sido nessa região? De lembrar que a linhagem dos Barreto provinha do Norte de Portugal, com bens em Trás-os-Montes ao tempo de D. Sancho I⁸⁰. Ou, pelo contrário, ter-lhe-á cabido um valor monetário? Só a investigação noutros fundos documentais, eventualmente nos da família Barreto, nos permitirão saber o final desta questão.

Conclusão

Magalhães e Barretos consolidaram o estatuto das suas casas no século XV recorrendo, por um lado, a estratégias matrimoniais dentro do mesmo grupo social ou superior – ambas as famílias possuíam cargos ligados à alcaidaria mor de vilas e por outro pelo facto de terem ou adquirirem ligações relativamente próximas com a casa real. Estas ligações permitiram afirmar-se nos territórios onde detinham poderes jurisdicionais, no caso dos Magalhães, mas também onde tinham poder militar no caso dos Magalhães e Barretos. O percurso militar de ambas as famílias foi determinante para a sua ascensão social, sobretudo pelo apoio militar prestado à casa real no Norte de África, com o envio de homens de armas às praças portuguesas, nomeadamente a Ceuta. Era esta uma realidade e uma necessidade permanente, que só o apoio destas famílias podia obviar. E se os Magalhães vinham recebendo a confiança régia desde o tempo do rei D. Fernando, no caso dos Barreto, a presença e auxílio à coroa em Ceuta garantiu-lhe uma posição privilegiada junto da casa

80 MORENO, Humberto, “Conflitos em Loulé entre os Barretos e os seus opositores no século XV”. *Revista da Faculdade de Letras* (História), Porto, Universidade do Porto, XII (1995).

real, que lhes permitiu reforçar o seu poderio no Sul de Portugal, acumulando mercês como as da vedoria da fazenda do Algarve, ou as doações das rendas da portagem e relego de Loulé. Foi a esta vila, onde a família Barreto era tão bem conhecida, que Gil de Magalhães teve de se deslocar para tentar solucionar um diferendo que se arrastava há mais de vinte anos entre as duas famílias. Para tal viajou de bem longe com o intuito de se reunir aos cunhados e receber em nome de sua mulher o quinhão que lhe cabia por morte do pai. A documentação que consultámos não nos permitiu percecionar qual o desfecho destas partilhas. É, no entanto, um testemunho do quão importante eram, tal como hoje ainda o são, as questões relativas aos legados e heranças familiares. É, ainda, demonstrativo de que, nestas famílias, ainda não estava implantado o modelo de sucessão vincular, que concentrava no primogénito masculino todos os bens da família, ou que, pelo menos, o progenitor falecido pôde dispor da terça para distribuir equitativamente pelos seus filhos. Lamentavelmente o documento é lacunar na informação acerca dos bens que caberiam a Isabel de Meneses. Só o confronto com outra documentação poderá dar as respostas que agora nos faltam.

Anexo

Carta de partilhas entre Gil de Magalhães e os cunhados, filhos de Gonçalo Nunes Barreto. 1489.06.30.

BNP, ALB, *Encarnação*, cx. 59, fl. 153-158.

[fl. 153] Saibham *quantos* este estormento vyrem que anno do naçjmento de noso *Senhor* Jesu christo de mjll e iiij^c lxxxix anos trjnta *dias* do mes de Junho *em* faram no castello da *dicta* vjlla Estando hj *Joham* duraez jujz hordenayro *Em* a *dicta* vjlla perante elle pareçeo gill de magalhaes fidallgo da casa⁸¹ del Rej noso senhor e do seu *conselho* e llogo pello *dicto* gill de magalhaes foy *dicto* que Era verdade *que gonçalo* nunez barreto seu sogro se finara da vjda deste mundo avera ja çertos <anos> *per* cuja morte fjcaram mujtos beens de Raiz e movees *pera* averem de *partir* seus *filhos* e herdeyros antre os *quaees* Era hũu dona Jsabell sua molher.// e por *quanto* se a *dicta* partjlha *nom* podya fazer a menos dos herdeyros todos *nom* Serem Requerjdos *que* Requerja llogo *Em* presença delle jujz ha nuno barreto *que* hj Era presente *que* a hũu *dia* certo pareçese *em* a vjlla de lloulle *com* afonso tellez e fernam pereira seus jrmãaos a *que* ja jso mesmo tjnha Requerjdos e djseram *que* lhe *prazia* por *que* doutra gujsa se *nom* podya fazer/ E o *dicto* nuno barreto deu *em* Reposta que se vjse ho *testamento* *que* o *dicto* gonçalo nunez Seu pay fezera o *que* todo o *que* *em* Elle esteuesse *que* elle Era *contente* de se *comprjr* e *que* esto leua *em* Reposta // [fl. 153v.º] E o *dicto* gill de magalhaes Repricou dezemdo *que* tall Reposta *nom* Era nenhũa cousa *somente* *que* elle se ajuntase *em* a vjlla de lloulle *com* os *dictos* seus jrmãaos *pera* todos *juntamente* estarem E cada hũu Requirer seu *direito* e *nam* o *queremdo* fazer *que* protestaua El Rej noso *Senhor* mandar *que* todos fosem juntos a hũu tenpo certo *em* a *dicta* vjlla de lloulle e hj fazerem Suas *partjlhas* e *cetera* E o *dicto* nuno barreto Respondeo *que* Elle daua maes *em* Reposta çertos Requerjmentos *que* os dous seus jrmãaos ja *fezeram* *em* a vjlla de lloulle sobre estas mesmas *partjlhas* *com* sua Repostas/ dos *quaees*

81 Segue-se, riscado: “do *dicto*”.

tiraram seu *estromento* e era *em* casa del Rej noso *Senhor* *em* a sua casa do cjuell e *que* o *puprico* desto estaua *em* a vjlla de lloulle *em* poder dos escriuaees e *que* Esto daua *em* Reposta// E o *dicto* gill de magalhaes *com* todo pedyo hũu *estromento* protestando ho *que* protestado tjnha *testemunhas* *que* hj Eram presentes *martim* pousada e gomez lourenço e outros E eu *stevam* lourenço *tabeliam* del Rej noso *Senhor* *em* a *dicta* vjlla *que* o escreuy e asyney

E I [*sinál público*] pago xx Reaes

[fl. 154] Saibham *quantos* este estormento virem que no anno do naçimento de noso *Senhor* Jesu christo de mjll e iiij^clxxxix anos xxiiij *dias* do mes de Junho do *dicto* anno em a villa de loulle nas casas da morada *que* foram de *Joham* tellez fjdalgo *que* *deus* aja *Em* presença de mj^m vasco afomso *tabeliam* em a mesma E das *testemunhas* ao djante esprita hy pareçeo gjll de magalhaes fjdalgo da casa del Rey noso *Senhor* E djse E Requereo a afomso tellez E asy a fernam perreyra barreto seu jrmao outrosy fidalgos da casa do *dicto* *Senhor* *que* ao presente estauam *que* Elle *dicto* gjll de magalhaes estaua ora ally E veera de sua terra *que* Era muy longe pasante de oytenta leguas E trazia *procuraçom* abastante de dona ysabell sua *molher* jrmaa dos *sobredictos* afomso tellez E fernam pirreyra *pera* cytar a partjlha dos beens *que* ficaram *per* fallyçimento de *goncalo* nunez barreto seu pay cuja alma *deus* aja E por *que* ele asy estaua em a *dicta* villa E vynha *pera* cytar a *dicta* partylha Requerya a elles *sobredictos* *afonso* tellez e fernam pjrreira *que* ordenasem *que* mays em breue tempo *que* se podese se fezese a *dicta* partylha E se vyrem os *testamentos* E *espríturas* *que* o *dicto* seu pay lleyxara E as *comprjsem* E ouuese cada hũ seu *dyreito* E *cetera*./. E llogo pello *dicto* afomso tellez foy *dicto* *que* elle Era muy prestes *pera* estar as *dictas* partylhas cada vez E *quando* Elles todos fosem prestes E posto elle se partyse *pera* algũa parte *que* elle lleyxarya seu // [fl. 154v.º] poder abastante *quem* por ell esteuese as *dictas* partjlhas E isso mesmo foy *dicto* pello *dicto* fernam pjrreyra *que* a ele aprazia E era muy contente de estar a *dicta* partylha E *que* fosem os erdeyros Requerydos *pera* a fazerem e conpryrem os *dictos* *testamentos* *que* o *dicto* seu pay

lleyxou E cada hũ jnteyramente aveer seu *direito* da
dicta Erança dezendo os *sobredictos* afomso tellez e
fernam pjrreyra *que per* este *estromento* elles se avjam
por *Requerida* pera a *dicta* partylha pera *quando quiser*
que se de fazerom E o *dicto* gjll de magalhaees pedjo
asy hũ *estromento* E eu lhe dey este *testemunhas*
aluaru tellez outrosy fjdalgo da casa do *dicto* Senhor
Rey E *gonçalo* caeyro E outros E eu vasco afomso
mjngez *tabeliam* em a *dicta* villa de loule pela Senhor
condesa della *que* o *esprevy* e meu *synall* fyz *que* tall
he

[*sinal público*] pago xbiiij Reaes⁸² //

[fl. 155] Cite Gill de magalhaes seos cunhados e
jrmãaos e outros *herdeiros* *que* com elle ajam de partir
perante *mjm* e sera ouujdo *com* eles e fecta *justiça* o
que fara tanto *que* for *em* farom *que* deus prazendo
sera muy cedo

[*assinatura*] //

[fl. 155 v.º] Estromento feyto em farom //

82 Na lateral direita: “Estormento de gill de magalhaees”.

Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Arquivo do Arquivo, n.º 331, cx. 146, proc. 91 -
Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.

Chancelarias Régias

D. Fernando, liv. 1.

D. Afonso V, liv. 9, 10.

D. João V, liv. 9.

Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 329,
proc. 274

Leitura Nova

Além Douro, liv. 1 e 4.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Arquivo Almada e Lencastre Bastos

ANTT, cx. 19.

Enc., cxs. 11 A; 54B.

Roma, cxs. 58B, 59; 60; 76; 81; 81A; 91A; 99; 104;
113 A; 114 I.

Fontes impressas

Chancelarias portuguesas. D. João I. (2005). org. João
José Alves Dias. Vol. II, t. 1 – (1385-1392). Centro de
Estudos Históricos. Lisboa.

Chancelarias portuguesas. D. Duarte. (1998). org. João
José Alves Dias. vol. I, t. 2 – (1435-1438). Centro de
Estudos Históricos. Lisboa.

CONCEIÇÃO, Pedro da, *Allegaçam practica, & juridica
sobre a posse, e successam do titulo, e Casa da Feira,
contra os senhores procuradores da coroa, & infantado,
a favor de D. Alvaro Pereyra Forjaz Coutinho*. Lisboa
Occidental, Na Officina de Mathias Pereyra da Sylva &
Joam Antunes Pedrozo, 1720.

GAIO, Manuel Felgueiras, *Nobiliário de famílias de
Portugal*. [Braga], Agostinho de Azevedo Meirelles:
Domingos de Araújo Affonso, t. XIX (1939); *Título de
Souzas* (1941).

GÓIS, Damião de, *Livro de linhagens de Portugal*.
Introdução e transcrição paleográfica de António Maria
Falcão Pestana de Vasconcelos. Lisboa, Instituto
Português de Heráldica, Universidade Lusíada, 2014.

Estudos

ABREU, João Gomes de, “Terra da Nóbrega (notas

históricas)”. *O Instituto*. 57 (1910), p. 370-377, 430-
437, 502-508, 558-565, 632-640.

BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco, *Archivos de
Familia y Archivos domésticos Treinta años de
experiencias*. [s. l.], Edição de autor, 2013.

COELHO, Maria de Fátima, “O instituto vincular, sua
decadência e morte: questões várias”. *Análise Social*.
XVI-61/62 (1980), p. 111-131.

COELHO, Maria Helena da Cruz, “A terra e os homens
da Nóbrega no século XIII”. *Homens, espaços e poderes.
Séculos XI-XVI. I - Notas do viver social*, Lisboa Livros
Horizonte, 1990, p. 170-198.

CUNHA, Mafalda Soares da e MONTEIRO, Nuno Gonçalo,
“Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-
XVIII” in: Cunha, Mafalda Soares da; Hernández
Franco, J. (org.) *Sociedade, família e poder na Península
Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*.
Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS, Universidade de
Évora/Universidade de Múrcia, 2010, p. 47-75.

*Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les
chartriers seigneuriaux XIII^e – XXI^e siècle*. Actes du
Colloque International de Thouars (8-10 juin 2006).
Paris, Société de l’Histoire de France, 2010.

DE VIVO, Filippo, “Ordering the archive in early modern
Venice (1400-1650)”. *Archival Science*. 10-3 (2010), p.
231-248.

DUARTE, Luís Miguel, “Leonel de Lima: o bando e o
barco”. *Revista Portuguesa de História*. XXXI-I (1996),
p. 371-392.

FREIRE, Anselmo Braancamp, *Brasões da Sala de
Sintra*. vol. 1-2, Coimbra: Imprensa da Universidade,
1921-1927.

FUENTE, Francisco de la, *Miguel Pereira Forjaz, O
organizador da luta contra Napoleão*. Lisboa Tribuna da
História, 2011.

GAGO, Alice Borges, “Index Geral do Cartorio do
Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Visconde de Villa
Nova do Souto de El Rey” in: ROSA, Maria de Lurdes,
HEAD, Randolph C. (eds.) *Rethinking the archive in
pre-Modern Europe: family archives and their
inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa,
IEM, 2015, p. 162-163.

GAGO, Alice Borges, *Arquivos e práticas arquivísticas
de famílias de elite (Portugal, séculos XV-XVII)*. 2 vol.,
Tese de doutoramento em História - especialização em

Arquivística Histórica. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2019.

GARCÍA ASER, Rosario e LAFUENTE ÚRIEN, Aránzazu, *Archivos Nobiliarios, cuadro de clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000.

GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F., “Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista” in: ANDÚJAR CASTILLO, F.; DÍAZ LÓPEZ, J. P. (coord.) *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*. Almería, Instituto de Estudios Almerienses, 2007, p. 129-210.

HEAD, Randolph C., “Mirroring governance: archives, inventories and political knowledge in Early Modern Switzerland and Europe”. *Archival Science*. 7-4 (2007), p. 317-329.

LEME, Margarida, *Costas com Dom: família e arquivo (séculos XV-XVII)*. Tese de doutoramento em História - especialização em Arquivística Histórica. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2018.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular” in: JIMÉNEZ, F. C.; HERNÁNDEZ FRANCO, J. (eds.). *Familia, poderosos y oligarquías*. Murcia, Universidad de Murcia, 2001, p. 17-37.

MORENO, Humberto Baquero, *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. vol. II. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1980.

MORENO, Humberto, “Conflitos em Loulé entre os Barretos e os seus opositores no século XV”. *Revista da Faculdade de Letras* (História), Porto, Universidade do Porto, XII (1995).

MORSEL, Joseph, “Du texte aux archives: le problème de la source”. *Bulletin du Centre d’Études Médiévales d’Auxerre*. (2008), Hors série n.º 2.

MORSEL, Joseph, “Histoire ou passé? L’archivage comme problème pour l’intelligence historique de la société médiévale”. *Archifam - Les archives de famille. Formes, histoires et sens d’une genèse (XIV^e-XVII^e siècle)*, 2013. Acedido a 20 de agosto 2019, em: https://www.casadevelazquez.org/fileadmin/fichiers/investigacion/Epoque_antique_medieval_e/2013-2014/Morsel_texteHistoire_ou_pass%C3%A9_4mars2013.pdf.

NÓVOA, Rita Sampaio da, *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Tese de doutoramento em História - especialização em Arquivística Histórica. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2016.

OLIVEIRA, Luís Filipe, *A coroa, os mestres e os comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009.

PÁSCOA, Marta, *O códice 702. Um cartulário de D. Jaime de Bragança*. Fundação Casa de Bragança, 2015.

PINTO, Pedro, “O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto (Casa de Souto de El-Rei e Casa da Feira) na Biblioteca Nacional: propostas de exploração no âmbito da elaboração de um catálogo” in: ROSA, Maria de Lurdes (org.). *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 307-341.

RODRIGUES, Abel e SILVA, Armando Malheiro da, “A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação” in: ROSA, Maria de Lurdes (org.) *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 597-650.

ROSA, Maria de Lurdes, “Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas medieval e moderna)”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 9 (2009), p. 9-42.

ROSA, Maria de Lurdes, “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX” in: ROSA, Maria de Lurdes (org.) *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 571-596.

ROSA, Maria de Lurdes, “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação”. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. 30 (2017), p. 547-586.

SILVA, Armando Malheiro da, “Arquivos de Família e Pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica”. *Arquivos de Família e Pessoais: Seminário*. Vila Real APBAD, 1997, p. 51-106.

SILVA, Isabel Morgado de Sousa e, “A Ordem de Cristo durante o mestrado de D. Lopo Dias de Sousa (1373?-1417)” *Militarium Ordinum Analecta*. vol. 1 – *As Ordens Militares no Reinado de D. João I*. Porto, Cepese, 1997, p. 9-126.

SILVA, João Pedro Morgado da, *A Ordem de Cristo durante o Mestrado de D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade (1357-1372)*. Dissertação de mestrado em História Medieval. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010.

SILVA, José Martins da, “Vila Nova de Souto de El Rey (Francisco de Almada e Mendonça, Visconde de)”. *Revista de Ex-Libris Portugueses*. 10 (1917), p. 146-152.

SOUSA, Maria João O. F. C. Câmara Andrade e, *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*. Tese de doutoramento em História - especialização em Arquivística Histórica. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2017.

VILA-SANTA, Nuno, “Do Algarve ao Império e à titulação: estratégias de nobilitação na Casa dos Barretos da Quarteira (1383-1599)”. *Revista Maracanan*. 19 (2018), p. 12-35. Acedido a 11/10/2018, em https://run.unl.pt/bitstream/10362/42885/1/33247_120473_1_PB.pdf.

